

Ata da LXVIª reunião ordinária do Conselho Pleno, convocada em 17 de setembro de 2007 e realizada nos dias 9 e 10 de outubro de 2007, em Brasília, com a pauta: procuradorias jurídicas das IFES; proposta de ação das IFES na melhoria da Educação Básica para estimular a parceria das IFES com estados e municípios; visita da presidente da UNE, Lúcia Kluck Stumpf; Confederação Nacional dos Trabalhadores em Estabelecimentos de Ensino (CONTEE) – *Campanha Educação não é Mercadoria*; rearticulação da Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública; política de educação a distância do MEC – Secretário Carlos Eduardo Bielschowsky, Secretária de Educação a Distância (SEED) – MEC; apresentação das realizações do PROCEL EDIFICA; programa de recepção ao novo reitorado; Modelo de Alocação TAs; distribuição de CDs e FGs e assuntos gerais. Estiveram presentes os dirigentes ou seus representantes legais: Alan Barbiero (UFT); Alex Bolonha Fiúza de Mello (UFPA); Aloísio Teixeira (UFRJ); Amaro Lins (UFPE); Ana Dayse Dórea (UFAL); Antônio César Borges (UFPE); Antônio Martins de Siqueira (UNIFAL); Antônio Nazareno Mendes (UFLA); Arquimedes Diógenes Ciloni (UFU); Aurina Oliveira Santana (CEFET-BA); Carlos Augusto Moreira Júnior (UFPR); Carlos Siqueyuki Sedyama (UFV); Clóvis Silva Lima (UFMS); Damião Duque de Farias (UFGD); Eden Januário Netto (UTFPR); Edward Madureira Brasil (UFG); Flávio Antônio dos Santos (CEFET-MG); Helvécio Luiz Reis (UFSJ); Henrique Duque de Miranda Chaves Filho (UFJF); Hidemburgue Ordozgoith da Frota (UFAM); Ícaro de Sousa Moreira (UFC); João Carlos Brahm Cousin (FURG); João Luiz Martins (UFOP); Jonas Pereira de Souza Filho (UFAC); José Carlos Ferraz Hennemann (UFRGS); José Carlos Tavares Carvalho (UNIFAP); José Ivonildo do Rêgo (UFRN); José Ferreira da Costa (CEFET-MA); José Januário de Oliveira Amaral (UNIR); José Weber Freire Macedo (UNIVASF); Josivan Barbosa Menezes (UFERSA); Josué Modesto dos Passos Subrinho (UFS); Lúcio José Botelho (UFSC); Luiz Bevilacqua (UFABC); Luiz de Sousa Santos Júnior (UFPI); Malvina Tânia Tuttman (UNIRIO); Manoel Catarino Paes-Peró (UFMS); Marco Aurélio Leite Nunes (UFRA); Miguel Badenes Prades Filho (CEFET-RJ); Miriam da Costa Oliveira (FFFCMPA); Naomar Monteiro de Almeida Filho (UFBA); Natalino Salgado Filho (UFMA); Oswaldo Baptista Duarte Filho (UFSCar); Paulo Gabriel Soledade Nacif (UFRB); Paulo Speller (UFMT); Pedro Ângelo de Almeida Abreu (UFVJM); Renato de Aquino Faria Nunes (UNIFEI); Ricardo Motta Miranda (UFRRJ); Roberto de Souza Salles (UFF); Roberto Ramos Santos (UFRR); Rômulo Soares Polari (UFPB); Ronaldo Tadêu Pena (UFMG); Rubens Sérgio Rasseli (UFES); Thompson Fernandes Mariz (UFCEG); Timothy Martin Mulholland (UnB); Ulysses Fagundes Neto (UNIFESP); Valmar Corrêa de Andrade (UFRPE) e Virmondos Rodrigues Junior (UFTM). O presidente cumpriu a todos e, dando início à reunião, informou que o item de pauta *proposta de ação das IFES na melhoria da Educação Básica para estimular a parceria das IFES com estados e municípios* seria excluído pois os fóruns encarregados do tema não apresentaram os estudos. Em seguida convidou para a mesa, para discutir acerca das procuradorias jurídicas das IFES, o procurador federal, Marcelo de Siqueira Freitas, da Procuradoria Geral Federal. O presidente demonstrou a preocupação de todos os dirigentes com a criação das Procuradorias Seccionais. Segundo ele, das 170 seccionais atingidas com a medida, 130 estão vinculadas ao MEC, representando um quadro preocupante no que diz respeito às demandas das IFES. O procurador federal Marcelo Freitas afirmou que o projeto de modificação da estrutura das procuradorias busca racionalizar e descentralizar o trabalho dos procuradores federais. De acordo com ele, cada vez mais procuradores ficavam responsáveis por responder apenas às demandas do Instituto Nacional do Seguro Social (INSS) em detrimento dos demais órgãos da Administração Federal. Além disso, as IFES não apresentavam critérios para a distribuição de vagas de procuradores federais de forma homogênea. O projeto da Procuradoria-Geral Federal (PGF) pretende resolver essas demandas, vocacionando os procuradores a trabalharem junto às fundações, autarquias e IFES. Mas, de acordo com o procurador-geral federal, as instituições não perderão a estrutura das procuradorias com a criação das seccionais. Para o procurador, a proposta é garantir uma procuradoria federal dentro das IFES mais engajada em oferecer consultoria jurídica, assessoramento jurídico e prestação de informações. De acordo com o procurador Marcelo Freitas, o dado encaminhado pelo MEC para a elaboração da distribuição de procuradores foi o número de alunos em 2005. A partir dele, a procuradoria pressupôs que daquele ano até 2007 houve um aumento de cerca de 40% no número de estudantes nas IFES. O ministério forneceu também informações sobre a quantidade de funcionários e docentes das instituições. Contudo, esses não foram utilizados na Portaria nº 720, de 14 de setembro deste ano, que fixa a lotação e o exercício dos procuradores federais e dos integrantes do quadro suplementar relativos aos servidores da Administração Federal indireta. No entanto, o procurador informou que novos critérios podem ser debatidos e implantados. Os dirigentes manifestaram sua preocupação com a retirada das procuradorias das IFES. Para eles essa atitude fere a autonomia universitária e prejudica o funcionamento e a gestão das instituições. O procurador Marcelo Freitas reafirmou a importância da criação das Procuradorias Seccionais para a racionalização do serviço oferecido e informou que a PGF tem todo o interesse em debater a redistribuição dos procuradores. Para isso, solicitou o apoio da Andifes no sentido de elaborar novos critérios para essa distribuição, que deve constar de nova portaria a ser assinada. O presidente passou a palavra à presidente da União Nacional dos Estudantes (UNE), Lúcia Stumpf que relatou a importância do apoio da Andifes aos projetos que a UNE desenvolve ao longo de seus 70 anos. Segundo ela, os estudantes continuarão lutando por questões importantes para a educação pública de qualidade, como a Reforma Universitária, o Plano de Desenvolvimento da Educação, o Reuni e o Plano Nacional de Assistência Estudantil. A presidente da UNE informou que a União Nacional dos Estudantes entende que é sua tarefa dar respostas aos estudantes de nível superior sobre todas as questões que os envolvem e continuará atuando nesse sentido. Em seguida o presidente chamou à mesa a secretária do Contee, Cristina de Castro para apresentar aos dirigentes a campanha nacional 'Educação não é mercadoria' cujo objetivo é combater o processo de mercantilização e desnacionalização da Educação Superior e exigir do governo federal medidas concretas para regulamentar o ensino privado e barrar a ingerência do capital estrangeiro no setor privado. A intenção é multiplicar as peças com o apoio de diferentes setores da sociedade. Para a campanha

'Educação não é mercadoria', foram confeccionadas as seguintes peças publicitárias: logomarca, banners, camiseta e outdoor. Além destas, a campanha conta com a veiculação de um vídeo. Em seguida, para debater a política de EAD do MEC, o presidente Ciloni passou a palavra ao reitor Paulo Speller (UFMT), presidente da Comissão de Educação a Distância da Andifes (CEAD), que afirmou que a comissão vem trabalhando no sentido de institucionalizar a educação a distância. Segundo ele, a Associação também estuda formas de integrar essa forma de ensino no orçamento das IFES, para que as instituições tenham recursos adicionais para custear as despesas com educação a distância. O secretário de Educação a Distância, Carlos Eduardo Bielschowsky, manifestou a preocupação da SEED em oferecer condições para que a Universidade Aberta do Brasil (UAB) possa crescer com qualidade, ser institucionalizada e apresentar mecanismos que garantam o seu funcionamento ao longo dos anos. Nesse sentido, a interlocução com a CEAD é fundamental para instituir os instrumentos necessários para suprir essas demandas. Segundo Bielschowsky, a parceria do MEC com a Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (Capes) permitirá manter a excelência da educação oferecida. Bielschowsky informou que, em um primeiro momento, a UAB e a Capes ficarão instaladas na SEED para construir e solidificar a Universidade Aberta do Brasil. Depois, a UAB será transferida para a Capes já instituída como um programa de educação de qualidade. A SEED está construindo uma matriz de orçamento específica para a UAB, permitindo recursos adicionais às IFES. Para tanto, a secretaria deve realizar parcerias com os Municípios e os Estados, sensibilizando os dirigentes para essa demanda. Completou que o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) está mapeando todo o território nacional para que os cerca de 800 pólos regionais da UAB cubram todo o país. O presente convidou então o chefe da Divisão de Projetos Setoriais de Eficiência Energética da Eletrobrás, Fernando Perrone, para o lançamento da Rede de Eficiência Energética em Edificações, formada a partir dos objetivos de desenvolvimento tecnológico do Programa Nacional de Conservação de Energia Elétrica (Procel). A Rede tem os objetivos de: colaborar no desenvolvimento de laboratórios beneficiados pela Eletrobrás, promover o intercâmbio da produção científica e didática das instituições, estimular o desenvolvimento de novas tecnologias de projeto e construção e fomentar as parcerias nas atividades de ensino, pesquisa e extensão entre seus participantes. Os dirigentes da UFPel, UFRGS, UFSC, UFF, UFRJ, UFMG, UnB, UFMS, UFMT, UFBA, UFAL e UFRN receberam os diplomas de capacitação de 12 dos 15 laboratórios de conforto ambiental e eficiência energética, custeados pela Eletrobrás. Perrone explicou que a expectativa é de permitir a troca de informações entre os laboratórios já inaugurados e ampliar a rede com a capacitação de outras universidades e completou afirmando que a Eletrobrás acredita no talento das instituições de ensino superior brasileiras para o desenvolvimento de suas ações. Em seguida o reitor Timothy Mulholland (UnB), presidente da Comissão de Recursos Humanos da Andifes (CPRH), apresentou aos dirigentes os modelos de alocação de técnico-administrativos e de CDs e FGs. As simulações foram desenvolvidas a partir de dados recebidos das IFES e de informações do MEC. Os modelos serão repassados a todos os dirigentes e as IFES deverão encaminhar sugestões por deliberação do Conselho Pleno. Após esse prazo, a CPRH desenvolverá novos estudos e encaminhará os novos dados às IFES. Os modelos resultantes serão apresentados a todos os dirigentes durante a próxima reunião do Conselho Pleno. O presidente passou a palavra aos deputados federais Fátima Bezerra (PT-RN), Waldir Maranhão (PP-MA), Pedro Wilson (PT-GO) e Raquel Teixeira (PSDB-GO) que passaram a discorrer acerca da importância em se rearticular a Frente Parlamentar em Defesa da Universidade Pública. O deputado Waldir Maranhão afirmou que as reformas pontuais do legislativo não podem ser maiores que a reforma de Estado e, conseqüentemente, a reforma educacional. De acordo com o deputado Pedro Wilson, a frente parlamentar é um espaço suprapartidário que busca defender a universidade pública. Nesse sentido, todos os que lutam por melhor qualidade no ensino superior público serão convidados a participar. Atendendo a convite da Andifes, o secretário Ronaldo Mota (SESu/MEC) esteve presente na reunião. Neste momento os dirigentes demonstraram preocupação com o cumprimento integral do Reuni, uma vez que, pelo Decreto 6.096/2007, o programa tem duração de cinco anos, ultrapassando o mandato do atual Governo Federal. Mota afirmou que todo o investimento foi projetado para os próximos três anos, garantindo o cumprimento integral do programa. Com relação ao cronograma de apresentação de projetos ao Reuni, a diretora da SESu, Maria Ieda Diniz, informou que 90% das IFES já acessaram o sistema do MEC, sendo que destas 16 já estão apresentando seus projetos. A diretora também reafirmou a importância das instituições nomearem representantes para tratar sobre o programa para facilitar a troca de informações. Diniz informou que o MEC destinará R\$126 milhões para assistência estudantil. Segundo ela, foram elaboradas duas simulações: uma inclui e a outra exclui os Cefets. Os dados serão repassados a todos os dirigentes para que apresentem sugestões de aprimoramento. Todos as IFES devem apresentar os seus projetos até dezembro deste ano para que o recurso seja liberado em janeiro de 2008. Mota informou que a SESu está promovendo uma série de debates sobre a questão do reajuste salarial dos docentes das IFES. Essa demanda está sendo discutida juntamente com o plano de carreira dos professores. Segundo ele, a questão salarial emergente será resolvida até o final de outubro. As declarações completas dessa reunião estão gravadas e disponíveis para consulta. Nada mais havendo a tratar, eu Gustavo Henrique de Sousa Balduino, secretário executivo, lavrei a presente ata.

Gustavo Henrique de Sousa Balduino
Secretário executivo da Andifes